

MODELO CHINÊS DE FORÇA FUTURA: MAIS ESPECIALIZADOS, AINDA MAIS CENTRALIZADOS

FUTURE FORCE CHINESE MODEL: MORE SPECIALIZED, EVEN MORE CENTRALIZED

NATÁLIA DINIZ SCHWETHER

RESUMO

O presente ensaio se propõe a responder aos seguintes questionamentos: como se organizam as Forças Armadas da China e como se preparam para as hipóteses de conflito futuro? Nesse sentido, foi conduzida uma pesquisa exploratória de fontes primárias e secundárias, a qual teve como principal objetivo a aproximação ao caso, no que diz respeito à metodologia empregada para a condução de sua maior reforma militar. Assim, a primeira seção se dedicou a apresentar os antecedentes dessa reforma, a partir de documentos doutrinários e outros documentos da Defesa. Em sequência, foram descritas as mudanças estruturais e nos demais setores, para, então, sinalar os pontos já alcançados e os planos futuros. Ao final, foram tecidas considerações sobre o processo vivenciado pela China e sua aplicabilidade ao Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Reforma Militar Chinesa; Capacidade Militar Chinesa.

ABSTRACT

This essay aims to answer the following questions: how are China's Armed Forces organized and how are they prepared for future conflicts? In this sense, an exploratory research of primary and secondary sources was conducted, with the main objective of getting closer to the case with regard to the methodology employed for the conduct of its major military reform. Thus, the first section was dedicated to presenting the background of this reform, based on doctrinal and other Defense documents. Then, the structural changes and changes in other sectors were described, to then point out the achievements and future plans. At the end, considerations were made on the process experienced by China and its applicability to Brazil.

KEY WORDS

Chinese Military Reform; Chinese Military Capability.

A AUTORA

Pós-Doutora em Ciências Militares (ECEME), Doutora em Ciência Política (UFPE), Mestre e Bacharel em Relações Internacionais (UFSC/UNESP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP-CEEEEx).



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente ensaio inaugura o ciclo de pesquisa 2022-2023 da linha de *Planejamento Estratégico e Gestão de Defesa*, vinculada ao Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP), do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). A referida linha se dedica, nesta circunstância, a analisar os desenhos de força em ambientes futuros. Fará isso para três diferentes casos: China, Turquia e Índia.

É premente o estudo de diferentes desenhos de força, metodologias, projetos e reformas realizadas ou prospectadas, à medida que as constantes mudanças no cenário internacional e o rápido avanço da tecnologia exigem dos líderes e das Forças, em seu conjunto, alta capacidade de adaptação e poder de resiliência, para tomada de decisão e condução estratégica das ações.

Dessa forma, o objetivo desta agenda de pesquisa é, em primeira medida, explorar e descrever as diferentes estratégias e planos de organização, preparo e emprego de suas Forças para o futuro. Conhecidas as experiências alheias, o passo seguinte é analisar a contribuição dos modelos estudados ao planejamento estratégico das Forças Armadas no Brasil. Para, ao final do ciclo, ser possível apresentar implicações estratégicas e recomendações ao Exército Brasileiro (EB).

Para isso, este primeiro ensaio dedica-se a realizar a exploração do caso chinês. Nesse contexto, alguns fatores do país se destacam: civilização milenar; área total de 9,6 milhões de km²; 1,4 bilhões de habitantes; e, atualmente, a segunda maior economia mundial. Assim, entender as capacidades militares chinesas, atuais e futuras, é essencial para a compreensão de como a China afeta o sistema internacional.

Desde 2015, a China tem experimentado a maior reformada sua história em suas Forças Armadas e, entre as mudanças ocorridas, a mais evidente refere-se à substituição das antigas Regiões Militares por Teatros de Operação, os quais possibilitam a atuação conjunta de Exército, Marinha e Aeronáutica, tanto em tempos de paz quanto de guerra.

Somam-se a isso consideráveis avanços na qualificação do pessoal, após importante redução do efetivo, bem como aumento significativo no orçamento dedicado à Defesa, o qual possibilitou ao país estar na vanguarda tecnológica.

1. Introdução

Iniciadas em 2015, as maiores reformas militares da República Popular da China (RPC), desde 1949, pretendem alcançar um novo padrão de ação e organização para o Exército de Libertação Popular (ELP). Entre os muitos benefícios vislumbrados, estão, por exemplo, a melhoria das operações conjuntas e a possibilidade de atuação em multidomínios, assim como o combate à corrupção institucional.

Para tanto, alterações substanciais foram propostas, destacando-se, em especial, a realocação das Forças Terrestres no ELP. O Exército estará, doravante, em posição

parelha aos demais braços armados (Aeronáutica, Marinha e a recém-criada Força de Foguetes). Outro importante marco trata-se da criação dos Teatros de Operação, em substituição às ultrapassadas Regiões Militares¹, com vistas às ameaças percebidas pelo Estado chinês.

¹As Regiões Militares são equivalentes, no caso brasileiro, aos Comandos Militares de Área; isto é, o mais alto escalão de enquadramento das organizações militares da Força Terrestre, em tempo de paz. São grandes comandos responsáveis pelo preparo, pelo planejamento de emprego e pelo emprego operacional da Força Terrestre articulada, na área estratégica sob sua jurisdição.

Atualmente, algumas das situações de discórdia ou disputa em que a China está envolvida são: as plataformas continentais e zonas econômicas exclusivas, no Mar do Leste da China, o qual contém gás natural, óleo e reservas de hidrocarbonetos. A RPC demanda uma maior extensão de sua plataforma continental, para além da linha de *Okinawa Trench* (DoD, 2021).

Além disso, Pequim reclama soberania sobre: a Ilha Senkaku, administrada pelo Japão; as ilhas Spratly e Paracel e outras questões na Linha das Nove Raias, no Mar do Sul da China; e, a Linha de Controle Real, na fronteira com a Índia, onde, em junho de 2020, um conflito em *Galwan Valley* deixou baixas nos dois lados (DoD, 2021).

Assim, o presente ensaio se propõe a responder aos seguintes questionamentos: como se organizam as Forças Armadas da China e como se preparam para as hipóteses de conflito futuro? Tem como objetivo, então, detalhar as principais mudanças, nas últimas décadas, no ELP, retomando aspectos históricos, diretrizes e documentos nacionais. Apresenta, ainda, os resultados obtidos até o momento e alguns dos prognósticos e planos futuros. Conclui com reflexões sobre possíveis aprendizados para o Exército Brasileiro.

2. Antecedentes

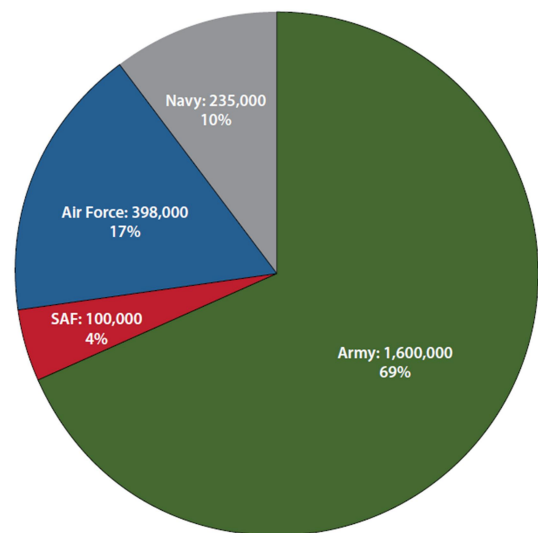
Em 1927, o ELP foi fundado como braço armado do Partido Comunista Chinês (PCC). Em alguns anos, de guerrilha armada insurgente se transformou em força militar convencional com a contribuição da União Soviética. O auxílio soviético incluía desde treinamento e fornecimento de armas até implantação de indústrias capazes de produzir aeronaves, embarcações, tanques e outros sistemas de armas no modelo soviético (CLIFF, 2015).

Em 1960, uma fricção política entre Pequim e Moscou resultou na retirada do apoio soviético, provocando sérias dificuldades para a China, a qual ainda enfrentava crises em sua política e economia. Ao final da década de 1970, o ELP era uma força atrasada e retrógrada. Equipada com armamentos da década de 1950, com

treinamento rudimentar, táticas e estratégias orientadas à defesa territorial e a uma grande invasão (CLIFF, 2015).

As debilidades vieram à tona na Guerra do Vietnã (1979) e, a partir de então, um novo ciclo de reformas institucionais foi iniciado². Tratava-se de mais uma tentativa de modernização de uma Força, rigidamente submetida ao controle do Partido e com ostensivo protagonismo do Exército³, em uma estrutura em que Marinha e Força Aérea estavam apenas integradas nominalmente (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017), conforme **figura 1**.

Figura 1: Composição do ELP



Fonte: *The Military Balance*, 2013.

O programa de reforma caminhava, paralelamente, à reforma econômica do país, porém não obteve resultados imediatos. Apenas, em 1996, é que a China, de fato, decide lançar um programa sustentado para modernização do ELP.

Ações como redução do tamanho da Força, produção e aquisição de sistemas e armas modernas e obtenção de novas capacidades (mísseis balísticos) ocorreram, concomitantemente, à promulgação de uma

²O ELN sofreu 10 grandes reestruturações entre 1949 e 2013, a maior parte das quais tentou reduzir, fortalecer e profissionalizar os corpos oficiais (CLIFF, 2015).

³Entre 1949 e 1980, as Forças Terrestres estavam organizadas em setenta corpos. Esse número já havia sido reduzido em reformas anteriores, pretendendo, nessa oportunidade, atingir o número máximo de treze corpos (BEHRENDT, 2018).

nova doutrina operacional e à capacitação do pessoal, com treinamentos mais reais, complexos e integrados (CLIFF, 2015).

Nas lideranças de Jiang Zemin (1989-2004) e Hu Jintao (2004-2012), houve, entre outros: a redução do tamanho do ELP em 500.000⁴ (1997) e 200.000 (2003) membros; o aumento dos recursos destinados à Marinha e à Força Aérea; a reestruturação do processo de pesquisa, desenvolvimento e aquisição; a redução do número das instituições acadêmicas; e, o estabelecimento de um programa de treinamento dos oficiais da reserva em universidades civis (WUTHNOW, SAUNDERS, 2017). Nova unidade tática - o grupo armado *jituanjun* (1980) - e o Departamento Geral de Armas (1998), também, foram criados (FINKELSTEIN, 2016).

O ambiente externo e as ameaças ao território chinês, seguramente, foram importantes determinantes para o ciclo de reformas. Em 1991, com a dissolução da União Soviética, as lideranças chinesas julgaram que uma grande invasão por terra, na fronteira norte, deixava de ser uma ameaça, por outro lado, as ameaças no mar ganharam relevo.

Em 1993, o *Guia de Estratégia Militar para um Novo Período* elencou os mares e o espaço aéreo como possíveis locais de guerra, assim como propôs mudar o foco do preparo do ELP, alternando de grandes guerras para guerras locais. A diminuição da ameaça terrestre justificava, assim, uma redução do Exército, enquanto o aumento da prioridade do mar o impelia para se tornar um componente da força conjunta (SAUNDERS, et. al, 2019).

Em 2004, nessa mesma linha, o *Livro Branco Chinês* chamou a atenção para a necessidade de priorizar as forças naval, aérea e de mísseis e enfatizou a necessidade de aumentar o orçamento das demais forças.

Em 2013, a edição da *Ciência da Estratégia Militar*, principal publicação doutrinária chinesa, recomendou que o ELP

⁴Em termos percentuais, o Exército sofreu uma redução de 19%, a Marinha 11,6% e a Força Aérea 11%. Os cortes em 2005 e 2015, também, impactaram desproporcionalmente a força terrestre.

integrasse espaço, ciberespaço e guerra eletrônica em suas operações contra inimigos. Identificou, ainda, a predominância de oficiais da força terrestre nos postos de comando como um obstáculo para uma atuação conjunta das forças, as quais teriam suas perspectivas pouco representadas.

A soma dessas compreensões culmina no projeto de uma Força integrada e apta para lutar e vencer “guerras locais informatizadas”⁵, conforme a edição de 2015 do *Livro Branco*, o qual reiterou a necessidade de romper com o pensamento tradicional e mudar o foco da terra para o mar. O mesmo documento identificou, ainda, ameaças regionais que a China provavelmente enfrentaria, incluindo conflitos terrestres potenciais, como na Península Coreana, a Leste; Afeganistão e Ásia Central, a Oeste; e Caxemira, ao Sul.

A independência do Tibet e de Xinjiang, também, foram citadas como desafios à segurança dentro das fronteiras terrestres chinesas. Para o General Wang Pei, os desafios em Xinjiang estão associados às “três forças do mal”: terrorismo, separatismo e extremismo (SAUNDERS, et. al, 2019).

“as três forças do mal” estão interligadas dentro e fora do território chinês. Elas intensificaram os movimentos separatistas, produziram incidentes repetidamente e representam sérias ameaças à segurança política e à estabilidade social do país. Isso demonstra que os problemas de segurança da China estão se tornando mais integrados, complexos, variáveis e fortes sem precedentes” (SAUNDERS, et.al, 2019, p. 68. *Tradução nossa*).

Portanto, a atual estratégia militar chinesa visa à preparação do ELP para os mais complexos e difíceis cenários, de maneira que entende ser fundamental a uma Força Armada a capacidade de controlar crises e vencer guerras. Para tanto, reafirma a

⁵As guerras locais aludem às guerras fronteiriças com objetivo e duração limitadas. Já, as condições informatizadas tratam da penetração da tecnologia da informação no combate, o que inclui: guerra eletrônica, guerra centrada em rede, guerra psicológica, fraude (YANG, 2018).

importância de uma força nuclear para dissuasão e defesa do país, bem como a relevância de fortalecer o poder cibernético, para o controle da informação e segurança nacional (GOMES FILHO, 2017).

Ao quadro exposto, somam-se o acelerado ritmo da revolução mundial nos assuntos militares e no desenvolvimento de novas tecnologias, lado a lado, ao desejo de aprimorar a habilidade de conduzir operações conjuntas. Em 2014, foi estabelecido um grupo com os propósitos de: identificar os pontos de debilidade do ELP; pensar em uma nova estrutura organizacional para o ELP; e propor uma reforma militar.

Entre os problemas elencados, destacou-se o déficit no controle e na supervisão, desde os líderes responsáveis por executá-los, como os órgãos criados para essas funções. Os mecanismos de controle estavam corrompidos, os oficiais mais antigos eram pouco responsivos ao Partido, bem como as regras pouco eficientes.

A melhoria na integração das relações civis-militares era mais um ponto em que precisariam se concentrar, especialmente, na área de pesquisa e desenvolvimento em defesa. A busca por maior sinergia e integração entre a base industrial e comercial, a incorporação de tecnologias de uso dual e o aperfeiçoamento dos sistemas de inovação eram temas que demandariam atenção. As reformas deveriam, então, corrigir esses e outros problemas.

Logo, em setembro de 2015, em um desfile militar na cidade de Pequim, foram anunciadas algumas das mudanças previstas, entre elas a redução da Força em 300.000 membros. A formalização do ato se deu, em 2016, com a aprovação do documento intitulado: “*Opinions on Deepening Reforms on National Defense and Armed Forces*”, o qual apresentou um guia completo de toda a reestruturação e traçou um cronograma inicial para as reformas.

Em um primeiro estágio, seriam realizadas aquelas de cunho estrutural, maiores, de um ciclo que se pretendia concluir em cinco anos (2020). Outras reformas iriam corrigir falhas na composição da Força, no sistema de educação profissional militar, no

sistema legal militar e em outras áreas (WUTHNOW, SAUNDERS, 2017).

Assim, com o pano de fundo do combate à corrupção, determinação em aumentar o controle do Partido e esforço por melhor posicioná-lo para operações modernas, com uso intensivo de tecnologia e de operações conjuntas, o ELP embarcou em sua maior reestruturação, incluindo mudanças em organizações-chave, tais como: os departamentos gerais e as regiões militares.

Por um lado, esse avanço foi apoiado em aumentos crescentes nos gastos em defesa, conforme **figura 2**, com ênfase para o custeio do desenvolvimento e a aquisição de armamentos do domínio informacional (drones de ataque eletrônico, armas de energia dirigida, armas cibernéticas). Por outro, na intensificação da propaganda e doutrinação das tropas: “Obedeça ao comando do Partido, seja capaz de vencer guerras e mantenha uma boa conduta”, é uma das máximas dessa remodelação (BEHRENDT, 2018, YANG, 2018).

3. A Reforma

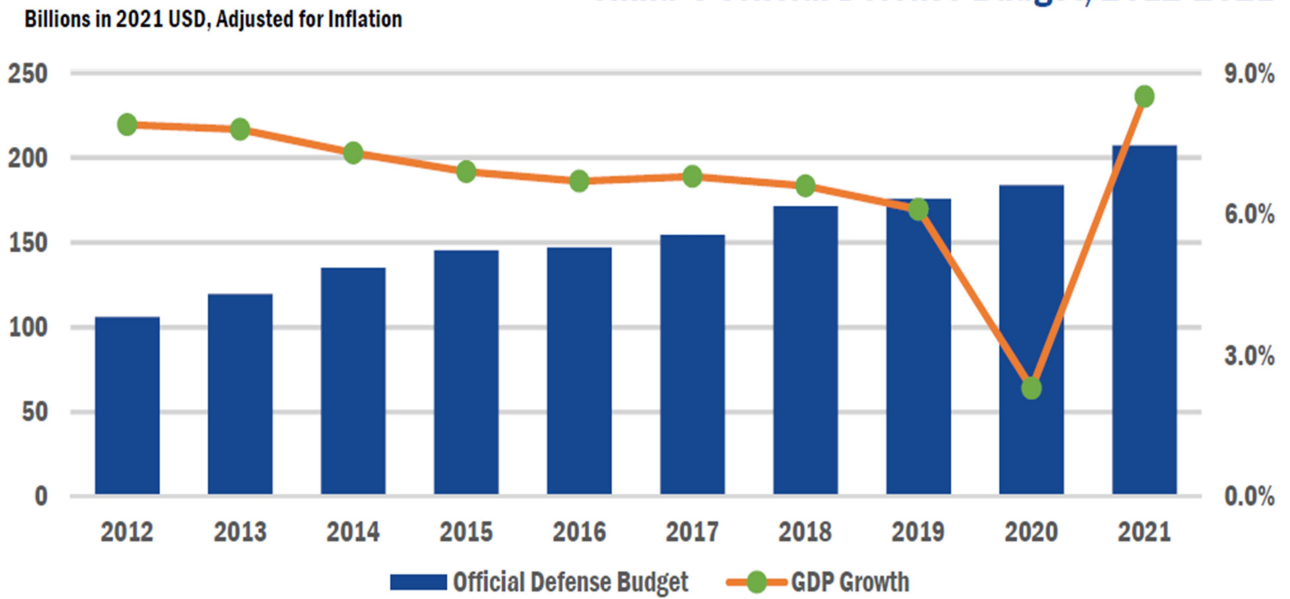
A **fase inicial** da reforma incidiu, frontalmente, nos três pilares organizacionais do ELP – os serviços, a Comissão Central Militar (CCM) e o sistema de regiões militares, conforme **figura 3**.

Primeiro, em dezembro de 2015, foi anunciada a criação de três novas forças⁶. Com o objetivo de corrigir a observada descentralização logística e prover comando, controle, comunicação, inteligência, vigilância e reconhecimento para comandantes no domínio informacional (incluindo espaço e ciberespaço), foi estabelecida a *Força de Apoio Estratégico*, com a finalidade de cumprir tarefas como advertência antecipada, gerenciamento de satélites e defesa nos domínios eletromagnético e cibernético, além de integrar as forças de guerra eletrônica, as quais estavam, até então, dispersas pelos diferentes braços.

⁶ *Quasi-services* em inglês.

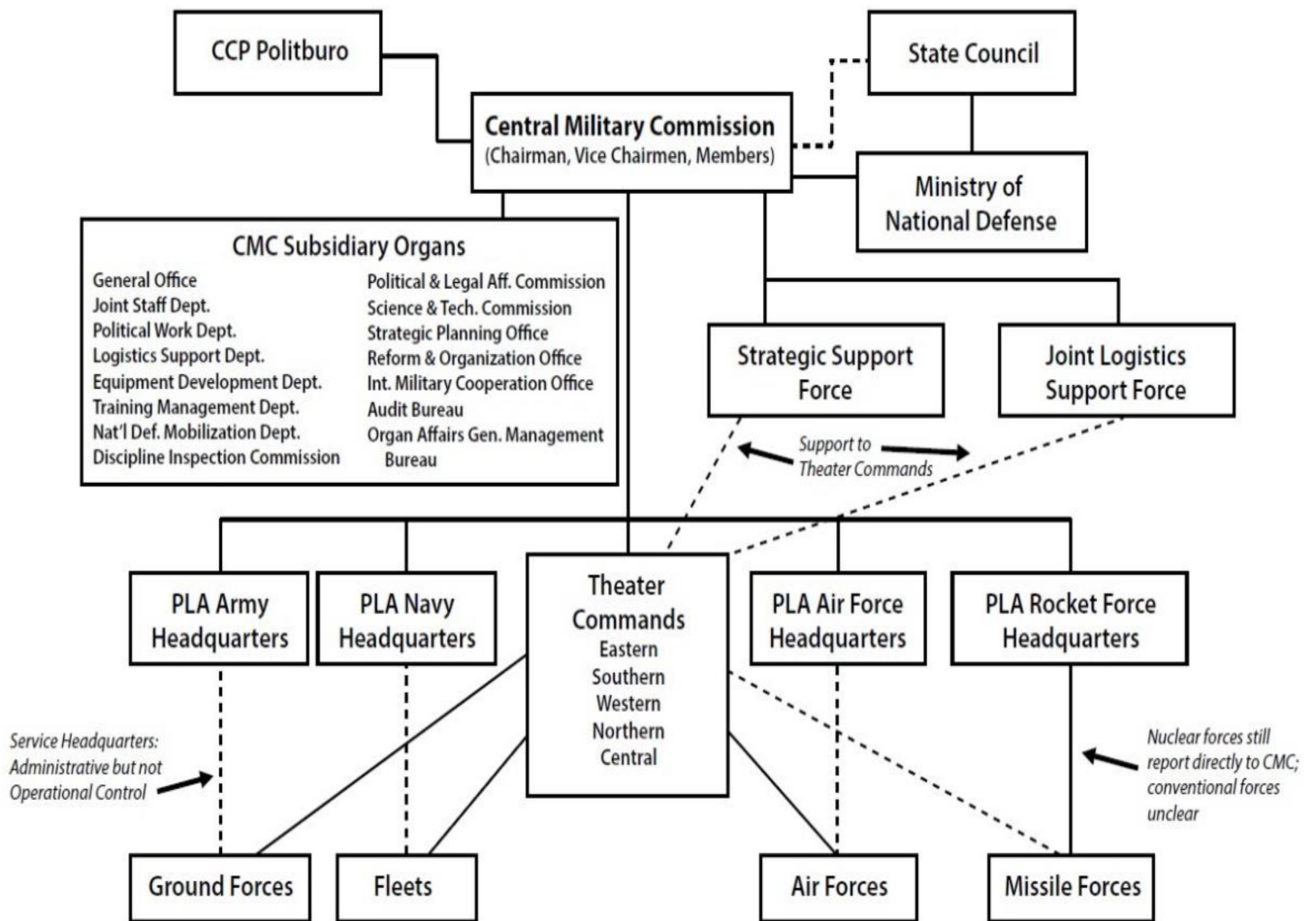
Figura 2: Gasto Oficial em Defesa, 2012-2021

China's Official Defense Budget, 2012-2021



Fonte: DoD, 2021.

Figura 3: Estrutura ELP após fase inicial de reformas



Fonte: SAUNDERS, et. al, 2019

Por sua vez, com a pretensão de auxiliar as unidades nos teatros de operação e promover a melhor integração do apoio logístico nas operações conjuntas, foi estabelecida a *Força de Apoio Logístico Conjunto*. Da antiga Segunda Força de Artilharia, emergiu uma nova Força, a *Força de Foguetes*, a qual é tida como capital para o status de potência do país, para a dissuasão estratégica chinesa e um importante marco na segurança nacional.

Segundo, em janeiro de 2016, Xi Jinping anunciou a desabilitação e a substituição dos quatro Departamentos Gerais por quinze departamentos funcionais, comissões e escritórios, os quais devem reportar diretamente à CCM.

Os novos departamentos têm a atribuição de supervisão geral do ELP, as comissões realizam a supervisão de questões específicas e os escritórios, o planejamento e a administração de atividades fins. Nessa remodelação, o maior impacto ocorreu no antigo Departamento Geral de Pessoal, o qual teve suas tarefas redistribuídas e redução de efetivo (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017).

O antigo Departamento Geral de Pessoal foi renomeado para Departamento de Pessoal Conjunto, com controle direto da Comissão Central Militar (CMC), organização máxima da Defesa Nacional no país, estreitando os laços de controle (KOSAKA, 2016). O novo departamento ficou encarregado das atividades relacionadas às operações e à análise de inteligência. Por sua vez, o Departamento de Gestão de Formação e o Escritório de Planejamento Estratégico estão responsáveis pelo treinamento, mobilização e planejamento estratégico (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017).

Terceiro, o sistema anterior de regiões militares, essencialmente vinculado às forças terrestres, foi substituído por cinco teatros de operação⁷, com foco nas operações

conjuntas⁸, de treinamento e guerra.

Os teatros foram delimitados espacialmente, a partir das percepções de ameaça, estando dispostos conforme a **figura 4**: Teatro Oriental (Estreito de Taiwan e Mar do Leste da China), Teatro Sul (Mar do Sul da China), Teatro Ocidental (terrorismo na Ásia Central, fronteira Sino-Indiana e proteção dos armamentos⁹ e equipamentos da região), Teatro Norte (península coreana) e Teatro Central (apoio para os demais teatros) (KOSAKA, 2016).

Nos teatros, Exército, Força Aérea e Marinha passam a responder a duas cadeias de comando: operacionalmente, estão sob a direção dos comandantes dos teatros, ou seja, há uma supervisão por unidades combinadas dos três ramos - um comando conjunto – em cada Teatro. Administrativamente, reportam para o seu comando direto. Em resumo, houve uma bifurcação da autoridade, na cadeia administrativa, a autoridade caminha da Comissão Central Militar às Forças e tropas, enquanto, na cadeia operacional, a direção é da CCM para os Teatros e tropas.

[...] estabeleceremos um sólido sistema de comando e operação conjunta em dois níveis entre o CMC e os teatros, e construiremos um sistema de comando estratégico e operacional que integra tempo de paz e tempo de guerra, que opera em um estado normal, que é especializado em operações principais, e que é enxuto e altamente eficiente (CMC *Opinions on Deepening Reforms on National Defense and Armed Forces*, 2016), Tradução nossa.

⁷O termo pode variar entre “zonas de guerra” ou “teatros de operação” a depender da tradução, o importante a se frisar é que essa organização estará focada no combate e em operações (FINKELSTEIN, 2016).

⁸ A ênfase atribuída à atuação conjunta refletiu sobre os novos emblemas dos Teatros, os quais combinam os símbolos das Forças terrestre, aérea, naval e de foguetes.

⁹ Por exemplo, os mísseis balísticos intercontinentais.

Figura 4: Disposição dos Teatros de Operação



Fonte: DoD, 2021.

A idealização desse mecanismo visa a permitir que as forças, rapidamente, alterem entre operações de paz e guerra, sem a necessidade de estabelecer um comando temporário para isso. Em tempos de paz, os teatros terão foco em treinamento conjunto, incluindo o teste e aprimoramento do sistema. Destaca-se que os comandantes dos teatros ficarão responsáveis pelo planejamento da guerra e o treinamento conjunto, relegando aos comandos das forças o papel de provedores de força (SAUNDERS, et. al, 2019).

Após uma reunião de trabalho da CCM sobre os caminhos da reforma militar, em dezembro de 2016, o ELP deu início à **segunda fase** das mudanças, que afetariam o tamanho, a composição e o pessoal.

Ainda em 2016, um reesquadrinhamento da educação militar foi anunciado. Mudanças curriculares foram adotadas para focar em habilidades práticas, em áreas como a Ciência da Computação, a Tecnologia da Informação e os Estudos Aeroespaciais.

Com isso, os departamentos relacionados às forças terrestres reduziram o número de novos integrantes, tal qual haviam feito os departamentos de logística e apoio. Em contrapartida, o número de estudantes admitidos nos cursos de aviação, navais e tecnologias aumentou. Acréscimo análogo ocorreu nos departamentos relacionados às tecnologias espaciais, radares e drones (BEHRENDT, 2018).

Com a pretensão de melhor qualificar os comandantes e a tropa, preparando-os para julgar as situações, realizar decisões operacionais e lidar com situações inesperadas, os 77 institutos de formação militar foram reduzidos para 43, quando muitos foram integrados na Universidade Nacional de Defesa (UND) e na Universidade Nacional de Tecnologia de Defesa. A UND idealizou um novo curso para treinamento conjunto dos oficiais de nível médio e inaugurou uma linha de especialização em operações conjuntas para os comandantes (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017; SAUNDERS, et. al, 2019).

As reformas buscaram, também, reduzir a desproporcionalidade entre as forças. Para isso, ainda que o Exército permaneça predominante, a proporção em relação ao pessoal das outras forças deve diminuir, ou seja, haverá mais pessoal da Marinha, Aeronáutica e Foguetes, em especial, nos postos de comando. Conforme afirmam fontes chinesas, a porção do Exército declinou para menos de 50%. Isso representa o maior passo já dado para alcançar o objetivo de balancear a Força (SAUNDERS, et. al, 2019).

Nesse sentido, em 2017, foi anunciado um incremento no contingente da Marinha, com vistas à proteção marítima da Rota Marítima da Seda do Século XXI¹⁰. E, no que tange à aviação, foi criado o *Airbone Corps*. Alguns regimentos foram reclassificados como brigadas, enquanto as forças especiais e os transportes foram organizados em brigadas distintas (BEHRENDT, 2018).

Outrossim, foi anunciada a implementação do sistema de classificação militar para o progresso na carreira. Discute-se, ainda, a implantação de um sistema rotacional, por meio do qual os oficiais transitem entre os diferentes teatros e departamentos, em oposição à prática atual, em que se permanece a maior parte da carreira em uma região militar específica. Nessa seara, o principal desafio foi confrontar a cultura organizacional que, por décadas, priorizou os interesses das forças terrestres (SAUNDERS, et. al, 2019).

Em dezembro de 2016, outra etapa da reforma teve início com o anúncio de novas regras e leis para auditoria. Em paralelo, houve o fortalecimento do poder dos auditores para investigar e penalizar as infrações. O intuito central da ação é prevenir casos de abusos de poder, promover melhor gerenciamento, reforçar a disciplina do Partido e enfatizar os valores ideológicos.

Xi Jinping reconheceu que a corrupção nos corpos oficiais era um problema que ocorria desde a década de 1980. Para solucioná-lo, moveu os mecanismos de supervisão, auditoria e inspeção para o nível da CCM, conquistando, com isso, maior

independência e efetividade. Um exemplo é a Comissão de Inspeção de Disciplina, a qual reportará diretamente para a CCM.

Finalmente, para suprir a necessidade de aprimorar a integração civil-militar, em especial, no setor de ciência e tecnologia, foi instituída a supervisão da Comissão de Ciência e Tecnologia pela CCM. Essa comissão é responsável pela coordenação militar com especialistas civis externos em áreas tecnológicas críticas.

Também, ocorreu a criação do Departamento de Desenvolvimento de Equipamentos (DDE), responsável por inspecionar o desenvolvimento das ferramentas e impulsionar a pesquisa. O DDE objetiva a atuação coordenada com os serviços e teatros na determinação de prioridades, estando sujeito a maior auditoria e fiscalização, o que poderá auxiliar na redução da corrupção.

Para melhorar a gerência e supervisão do processo, em janeiro de 2017, o governo compôs uma nova Comissão Central para Desenvolvimento da Integração Civil Militar, tendo em vista as reformas que, por um lado, poderão melhor integrar as áreas de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia, beneficiando tanto o ELP, quanto o setor industrial e comercial de defesa. Por outro, a desmobilização de, no mínimo, 300.000 membros e o desmantelamento das regiões militares, existentes por décadas, certamente, afetarão a comunidade local e os arredores (FINKELSTEIN, 2016).

4. Resultados e Prognósticos Futuros

A modernização do ELP deu passos largos na última década e conquistou avanços em áreas-chave, sobretudo na tecnológica. O pessoal está mais treinado e capacitado para operações complexas, a doutrina foi atualizada e, atualmente, enfatiza as guerras modernas, com uso intensivo da tecnologia, conjuntas (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017).

A nova estrutura de Comando e Controle dá aos comandantes dos teatros, tanto em guerra como em paz, controle sobre Exército, Marinha, Força Aérea e de Foguetes, dentro de suas áreas de

¹⁰*One Belt, One Road*

responsabilidade, o que corresponde a um aumento significativo da autoridade, em relação aos comandantes das antigas regiões militares.

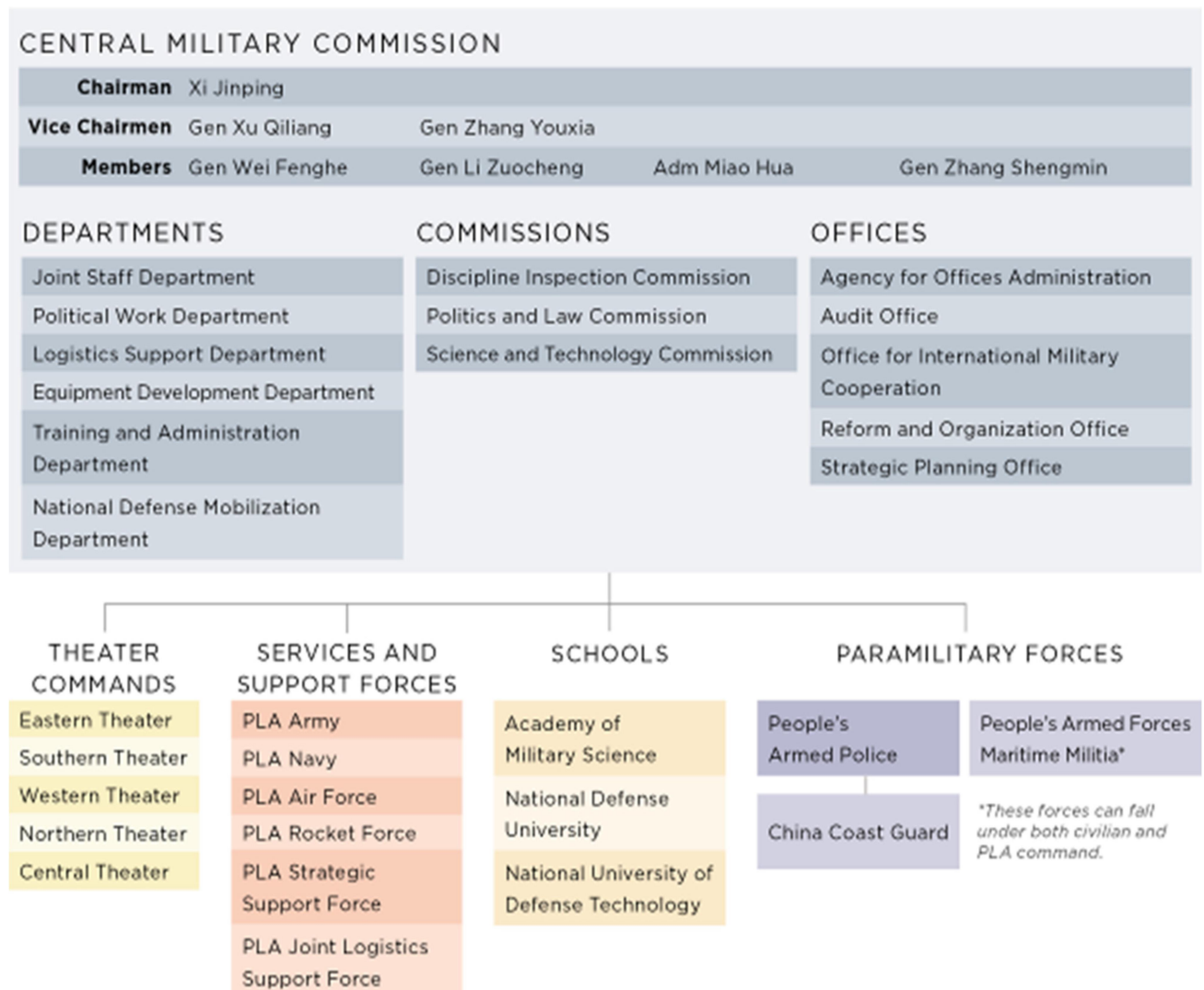
Ao mesmo tempo, a eliminação dos departamentos gerais e a transferência da maior parte de suas funções para a CCM, conforme **figura 5** (p. 76), reduziu a autoridade de seus comandantes e fez com que prestassem contas diretamente ao líder da CCM. A ação se refletiu no aumento da supervisão e na melhora do fluxo de informação em direção ao topo da organização.

O bom andamento das reformas está relacionado, em muito, ao papel centralizador de Xi Jinping, o qual não só participou de todo o processo de mudança, mas também tomou todas as maiores decisões. Sua habilidade em pressionar pela execução das reformas expressou uma maior autoridade sobre as Forças, que, claramente, seus predecessores não possuíam.

Mesmo diante de protestos de membros da Força Terrestre, em virtude da redução de postos e de falhas no programa de remuneração e realocação no mercado de trabalho, conseguiu dar continuidade às suas

Figura 5: Liderança Militar Chinesa

China's Military Leadership



Ministry of National Defense and general offices are not depicted in this chart.

Fonte: DOD, 2021.

pretensões iniciais¹¹. Um dos recursos utilizados foi a proteção dos oficiais do alto escalão, mantendo seus postos e patentes dentro da nova estrutura. A proteção da carreira pessoal foi um importante meio de neutralizar a oposição às reformas, assim como a realização de discursos formais para audiências militares, no lançamento de reformas-chave.

Assim, por um lado, tentou recrutar apoio daqueles que obtiveram benefícios com as reformas e, por outro, buscou compensar os perdedores, sobretudo, os membros das Forças Terrestres, que viram seu predomínio numérico e orçamentário sofrer contingências. Com maior autoridade e controle sobre o ELP, Xi Jinping utilizou estratégias como: ameaça de investigação, em casos de corrupção, para punir oponentes e promoções de carreira, para recompensar aliados.

Embora o ELP continue se descrevendo como parcialmente mecanizado e parcialmente informatizado, a China demonstrou que sua indústria de defesa é capaz de produzir, internamente (ou por engenharia reversa ou por replicação), armas, sistemas, componentes e tecnologias que conferem à Força maior alcance, punção e consciência situacional do que em qualquer momento no passado (SAUNDERS, et. al, 2019).

Na seara cibernética, ao passo que a RPC é uma ameaça significativa de ciberespionagem às infraestruturas críticas de seus adversários, o ELP ainda se sente vulnerável a ataques e trabalha intensamente, para acelerar suas capacidades de defesa. Como parte desse esforço, foca em melhorar a habilidade de detectar e conter intrusões cibernéticas, salvaguardar redes e sistemas militares e defender a fronteira cibernética nacional (DoD, 2021).

Dessa feita, ao longo de 2020, o ELP continuou perseguindo suas ambições de

¹¹ Uma das medidas para contenção das manifestações foi a criação do Ministério para Assuntos dos Veteranos. Estabelecido, em 2018, tem a atribuição de auxiliar na busca por um novo emprego e por residência. Mais importante do que isso, é responsável, também, por assegurar a condição de cidadão “sagrado” na sociedade para todos os ex-militares (BEHRENDT, 2018).

modernização, refinou as reformas organizacionais e aprimorou sua linha de combate. Isso inclui: desenvolver a capacidade de conduzir operações conjuntas sofisticadas no espaço, as capacidades cibernéticas e a expansão de suas forças nucleares (DoD, 2021).

Em 2020, o PCC anunciou um novo marco para a modernização. Espera-se que, em 2027, o país atue em rede, em um sistema de guerras inteligíveis, para, em 2035, completar “basicamente” sua modernização e, então, em 2049, transformar o ELP em uma Força de classe mundial. Essa estratégia está intrinsicamente integrada com as ambições de rejuvenescimento da nação chinesa, até 2049, e de projeção de poder para além-fronteira (DoD, 2021).

Desse modo, até 2020 o objetivo foi atingir a mecanização. Até 2027, pretende-se acelerar o desenvolvimento integrado da mecanização, informatização, inteligência e, ao mesmo tempo, impulsionar a modernização nas teorias militares, organizações, pessoal e equipamentos de guerra. Até 2035, almeja-se completar a modernização referente à doutrina, à estrutura organizacional, ao pessoal militar, ao armamento e ao equipamento. Assim, até 2049, pretender transformar completamente o ELP (DoD, 2021).

5. Considerações Finais

Se, ao longo de sua história, recebeu a alcunha de maior museu militar, pode-se afirmar que as Forças Armadas chinesas fizeram progressos enormes nos últimos vinte anos. Não obstante, é importante considerar que, mesmo com as reformas, foram preservados aspectos fundamentais. Houve, portanto, uma mescla de novos elementos com uma estrutura tradicional dos últimos noventa anos.

O Exército de Libertação Popular (ELP) permanece sendo uma organização essencialmente leninista, isto é, com o propósito central de cumprir as decisões do Partido. Nesse sentido, a Comissão Central Militar ainda é o órgão de decisão máximo, juntamente com a infraestrutura de controle

do Partido. Os líderes militares seguem pertencendo, em sua maioria, à Força Terrestre, especialmente nos novos departamentos e teatros.

Observa-se, ainda, a partir da retomada histórica, que muito do foco da rodada atual de reformas – fortalecimento da capacidade de conduzir operações conjuntas e balanceamento da composição da força – já havia sido tencionado nas décadas anteriores, 1980 e 1990.

Desse modo, o que é único na reforma de Xi Jinping não é a agenda propriamente dita, mas, sim, sua habilidade para superar a resistência burocrática. Com carisma pessoal e táticas políticas, as quais alijaram os oponentes e aproximaram os leais, conquistou seus objetivos de segurança. Além de fortalecer a relação Partido-Força, o ELP sairá desse ciclo de reforma mais preparado para conduzir operações conjuntas.

Vale salientar, no entanto, que toda a análise aqui apresentada foi realizada a partir de fontes disponíveis para consulta, tanto primárias quanto secundárias, sendo uma fragilidade dessa pesquisa o acesso, de fato, ao ELP. Sabemos que o Estado autocrático chinês não garante a transparência que se espera de um processo de transformação militar, os procedimentos e as práticas governamentais, assim como a falta de pesos e contrapesos e de uma clara prestação de contas, abrem pretexto para questionamentos.

Por fim, como reflexão para os futuros ensaios, o caso chinês traz luz para alguns aspectos da defesa nacional. O primeiro deles é o prestígio que a Comissão Central Militar possui no desenho da Força. A centralidade do processo decisório, nesse órgão, permitiu que o comando conjunto fosse fortalecido, algo essencial para atuação em múltiplos domínios.

Em seguida, percebemos a organização dos teatros de operação com vista às ameaças. A clareza na delimitação das ameaças permite: maior assertividade no preparo e no emprego da tropa; distribuição espacial mais objetiva; e uma alocação de recursos mais transparente.

Para encerrar, distinguem-se as mudanças curriculares, com foco em áreas

tecnológicas, e a criação de universidades de defesa, para maior capacitação do alto comando e da tropa. Preza-se, hoje, por uma Força enxuta e especializada.

Referências

BEHRENDT, Pawel. *The Growing Dragon: the radical reorganization of the PLA, Center for International Maritime Security*. 2018. Disponível em: <https://cimsec.org/growing-dragon-radical-reorganization-pla/> Acesso em: 5 maio 2022.

CLIFF, Roger. *China's military power: assessing current and future capabilities*. New York: Cambridge University Press, 2015.

CHASE, Michael; ENGSTROM, Jeffrey. *China's Military Reorganization Aims to Tighten Party Control and Strengthen the PLA's Warfighting Capabilities*. RAND Corporation, 2016. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/2016/09/chinas-military-reorganization-aims-to-tighten-party.html> Acesso em: 5 maio 2022.

[DoD] DEPARTMENT OF DEFENSE. *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China, Annual Report to Congress, 2021*.

GOMES FILHO, Paulo Roberto. **Estratégia Militar da China para o Século XXI**. PADECEME, v. 10, n. 19, p. 13-24, 2017.

FINKELSTEIN, David. *Initial Thoughts on the Reorganization and Reform of the PLA*. CNA China Studies, 2016.

KOSAKA, Tetsuro. *China's military reorganization could be a force for destabilization*. Nikkei Asia, 2016. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/China-s-military-reorganization-could-be-a-force-for-destabilization> Acesso em: 5 maio 2022.

SAUNDERS, Phillip; DING, Arthur; SCOBELL, Andrew; YANG, Andrew; WUTHNOW, Joel. *Chairman Xi Remakes the PLA: assessing Chinese military reforms*. National Defense University Press, Washington, D.C., 2019.

WUTHNOW, Joel; SAUNDERS, Phillip. *Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: Drivers, Challenges, and Implications*. INSS, Center for the Study of Chinese Military Affairs, National Defense University, Washington D.C., 2017.

YANG, Zi. *The ideology behind China's Fast-Changing Military: understanding the motivations behind reforms helps us project what's next for the PLA*. *The Diplomat*, 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/01/the-ideology-behind-chinas-fast-changing-military/> Acesso em: 5 maio 2022.